

Território seringueiro: Vivências e desafios na Resex Jaci-Paraná, Rondônia¹

Ravele da Silva Santana

Doutorando em Geografia

Instituição: Universidade Federal de Rondônia

E-mail: ravelesantana@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7769-0447>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6701796280315715>

Siane Cristhina Pedroso Guimarães

Doutora em Geociências

Instituição: Universidade Federal de Rondônia

E-mail: sianecpg@unir.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8332-9850>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8118717751743592>

RESUMO

Este artigo analisa as vivências e os desafios enfrentados pelos seringueiros na Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná, em Rondônia, considerando as dinâmicas territoriais conflituosas entre a conservação ambiental e a expansão da fronteira agropecuária existentes nessa área. A pesquisa, baseada em abordagem qualitativa e análise dialética, utiliza dados primários e secundários para discutir a resistência das comunidades tradicionais frente à pressão de agentes econômicos e à omissão do Estado. Os resultados evidenciam a fragilização do modo de vida extrativista devido ao desmatamento, grilagem de terras e falta de políticas públicas efetivas. Conclui-se que a garantia dos direitos territoriais dos seringueiros exige ações integradas de gestão ambiental, regularização fundiária e fortalecimento da organização comunitária.

Palavras-chave: Amazônia. Território. Conflitos. Resex Jaci-Paraná. Resistência.

1 INTRODUÇÃO

Porto-Gonçalves (2019) nos lembra que em torno da borracha se deu indiscutivelmente o mais importante fluxo de povoamento para a Amazônia, fato que remete a década de 1860, e essa migração se torna ainda mais intensa com as secas no Nordeste brasileiro no final de 1870. Estima-se que de 300 a 500 mil nordestinos migraram para a Amazônia entre 1860 a 1912 (Porto-Gonçalves, 2019).

Principalmente com o advento da 2ª Revolução Industrial e o desenvolvimento das indústrias interessadas no látex, a Amazônia torna-se alvo da cobiça internacional, haja vista a necessidade de produção de goma elástica em larga escala, sobretudo para a indústria de automóveis. Já década de 1940, no contexto da Segunda Guerra Mundial, dois fatos importantes, que novamente deram impulso ao extrativismo na Amazônia, foram a ocupação dos seringais asiáticos pelas tropas japonesas e a criação do Banco da Amazônia (BASA), reativando os seringais da região, trazendo um novo contingente

¹ Este artigo utiliza trechos da dissertação de mestrado de Ravele da Silva Santana, defendida em 2020 na Universidade Federal de Rondônia, complementados por dados de pesquisa do doutorado em andamento na mesma instituição.

populacional, que ficaram conhecidos como “soldados da Borracha”.

Após a Segunda Guerra Mundial, e a maior produtividade e custo-benefício da borracha produzida na Ásia, houve uma queda acentuada das atividades extrativistas em virtude de outras atividades econômicas, como a mineração. “Assim, todo um padrão de organização social do espaço geográfico vai sendo plasmado na Amazônia, não só no interior da floresta, como também nas várzeas” (Porto-Gonçalves, 2019, p. 93).

Mas, é principalmente na década de 1970 que os seringueiros emergem à cena política novamente. No estado do Acre, esse movimento é suscitado por meio dos confrontos entre os seringueiros e fazendeiros que vinham derrubando a floresta para plantar pasto. Porto-Gonçalves (2019) reitera que o entendimento de que os seringueiros se defendiam de uma invasão, se dava pelo modo como eles chamavam os fazendeiros: paulistas, designando os que vinham de fora. Assim, os seringueiros se viram como protagonistas contra a destruição da floresta (Porto-Gonçalves, 2019).

Esse mesmo processo ocorre em Rondônia, e é identificado na nossa área de estudo, pois a exploração extrativista ao longo do Rio Jaci Paraná remonta ao final do século XIX e início do século XX, sob a dominância do barão da borracha Sr. Isaac Benayon Sabbá (Rondônia, 1994). Entretanto, com a adoção da política de expansão da fronteira agrícola em Rondônia, nos anos de 1970 e 1980, as áreas originalmente ocupadas e trabalhadas por seringueiros, ficaram subpostas aos Projetos de Assentamento do INCRA, ocasionando uma ocupação desordenada gerando uma série de conflitos fundiários, sendo um dos problemas que existem na região até os dias atuais.

De acordo com as proposições de Oliveira (1991), entende-se que tem início aí a instauração do divórcio entre o trabalhador (o seringueiro) e as coisas de que necessita para trabalhar, por exemplo, a terra. Isso é a primeira condição e o primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo. E é nesse contexto que podemos dizer que “há uma Amazônia da mata e há uma Amazônia desmatada. Nessa há uma Amazônia do pasto, geralmente do latifúndio, mas também outra, a do que planta. Há uma Amazônia que mata. Há uma Amazônia que resiste, que “r-existe” (Porto-Gonçalves, 2019, p. 10).

2 A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO SERINGUEIRO: MOVIMENTOS E LUTAS PELAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Os seguimentos seringueiros, já no início da década de 1980 observando as condições difíceis que estavam submetidos os colonos dos Projetos de Assentamento do INCRA, e já sob a liderança de Chico Mendes, começam a formular uma proposta política original e que conjugava a luta pela terra com a luta pelo seu modo de vida.

Em 1984 levam a Brasília, ao IV Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais da Contag, a proposta de que a Reforma Agrária não poderia ser homogênea para todo o território nacional e, assim, inscrevem a dimensão cultural, do modo de vida, no debate político. Recusam explicitamente o módulo rural do Incra, de 50 ou 100 hectares, já que a condição seringueira requeria uma extensão média de 300 hectares de terra com floresta. (Porto-Gonçalves, 2019, p. 132).

Para Becker e Stenner (2008), nesse mesmo período identificam-se processos contraditórios quanto a atuação do Estado e a organização social, processos opostos que têm como marco o ano de 1985. “Por um lado, o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo, por outro lado, a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, simbolizando um movimento de resistência das populações locais – autóctones e migrantes – à expropriação da terra” (Becker e Stenner, 2008, p. 27).

Para Porto-Gonçalves (2019, p. 130) isso “são movimentos de r-existência, posto que não só lutam para resistir contra os que matam e desmatam, mas por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar”. Ao incorporar a dimensão cultural e de protetores da floresta, logo foram apoiados por movimentos ecologistas internacionais e:

Ao mesmo tempo que se aliam a um movimento de dimensões planetárias, que procura defender a floresta, se colocam, explicitamente, como protagonistas dessa defesa ao afirmarem que “não há defesa da floresta sem os Povos da Floresta” (Chico Mendes). Abrem, desse modo, uma nova dimensão no debate político envolvendo a ecologia ao associar, de modo orgânico, a dimensão social à ecológica. (Porto-Gonçalves, 2019, p. 132).

Essa nova dimensão política se torna uma tendência a partir de então, pois de acordo com Porto-Gonçalves (2019), uma das características do processo de reorganização societária em curso no mundo é que o monopólio das relações internacionais não é mais do Estado nem, tampouco, dos “de cima”. Para o autor:

[...] Essas populações se apresentam hoje com a autoridade de quem resistiu ao modelo devastador; de quem tem o saber sobre a floresta porque têm nela o seu habitat. Buscam hoje, nos setores da sociedade civil do Primeiro Mundo, o apoio para a sua luta por direitos individuais básicos, como o direito à vida, assim como outros direitos de cidadania já relativamente estabelecidos no primeiro mundo. Fazem assim da ecologia um trunfo no seu diálogo em busca de direitos e de justiça social, mostrando que esse processo de globalização pode ter outra cara, posto que, do ponto de vista desses protagonistas, deve incorporar também a extensão de direitos e de justiça a todos de todo o planeta. (Porto-Gonçalves, 2019, p. 64).

Nesse sentido, a proposta das Reservas Extrativistas foi o coroamento dessa identidade seringueira. Compreende-se que as Reservas Extrativistas são a maior expressão de um período histórico que caracteriza a Amazônia, por vários olhares, sobretudo a sobrevivência da população, com especial destaque a extração de seringa. No entanto, historicamente a experiência dos seringueiros não os qualifica apenas como simples extrativista, pois em momentos de declínio dessa atividade econômica, a agricultura também fez parte do

dia a dia, caracterizando o seu modo de vida, tornando-os por tanto em agroextrativistas.

A prática do que hoje diversos agrônomos e engenheiros florestais chamam de sistemas agroflorestais seria uma das melhores tradições dessas populações. Um alerta ainda é feito por Porto-Gonçalves (2019), de que essas populações desenvolveram uma medicina que serve de base para grandes laboratórios que nos coloca sobre a questão das patentes e da propriedade intelectual a que essas populações não têm tido acesso.

As Resex se apresentam, assim, como um laboratório vivo, para a busca de um modelo de desenvolvimento que faça com e a partir de populações que tem um saber efetivo tecido na convivência com a floresta. A Reserva Extrativista é, ela própria, uma bela construção que surgiu de uma íntima relação entre intelectuais e o movimento social, no caso o sindical. Surgiu da necessidade de se construir uma proposta que correspondesse à vivência dos que lutavam, que incorporasse a sua cultura. Rigorosamente não veio de fora. A Resex combina assim o usufruto de cada família individualmente e a propriedade comunitária, sob a tutela do Estado, mas sob a gestão participativa das entidades da sociedade civil organizada, tendo em vista garantir um uso sustentado dos recursos naturais e, assim, gerando as condições institucionais para que se vá além de um desenvolvimento sustentado, mas sim em direção a uma sociedade que dispõe de instituições que apontam para autogestão. (Porto-Gonçalves, 2019, p. 132-133).

Desse modo, o resultado da luta liderada por Chico Mendes, foi a adoção no Brasil de uma nova categoria de Unidade de conservação: as Reservas Extrativistas. De acordo com Dourojeanni e Jorge-Pádua (2013, p. 309), na verdade “as reservas extrativistas não iniciaram como Unidades de Conservação. Era uma alternativa tecnocrática que resolvia o conflito, legalizando o uso da terra pelos seringueiros, transformando-os em “extrativistas”. A respeito dessa consideração Mello-Théry (2011, p. 109) diz que “apesar de inúmeras críticas quanto à viabilidade econômica das reservas, é uma política social explícita, objetivando garantir o acesso à terra e aos recursos de populações fortemente ameaçadas frente as pressões econômicas”.

Assim, no início de 1990 são criadas as primeiras Reservas Extrativistas, sendo duas no estado do Acre (Resex Alto Juruá e Resex Chico Mendes), uma no estado do Amapá (Resex do Rio Cajari), e uma em Rondônia (Resex Rio Ouro Preto). Todas foram criadas sob a gestão federal.

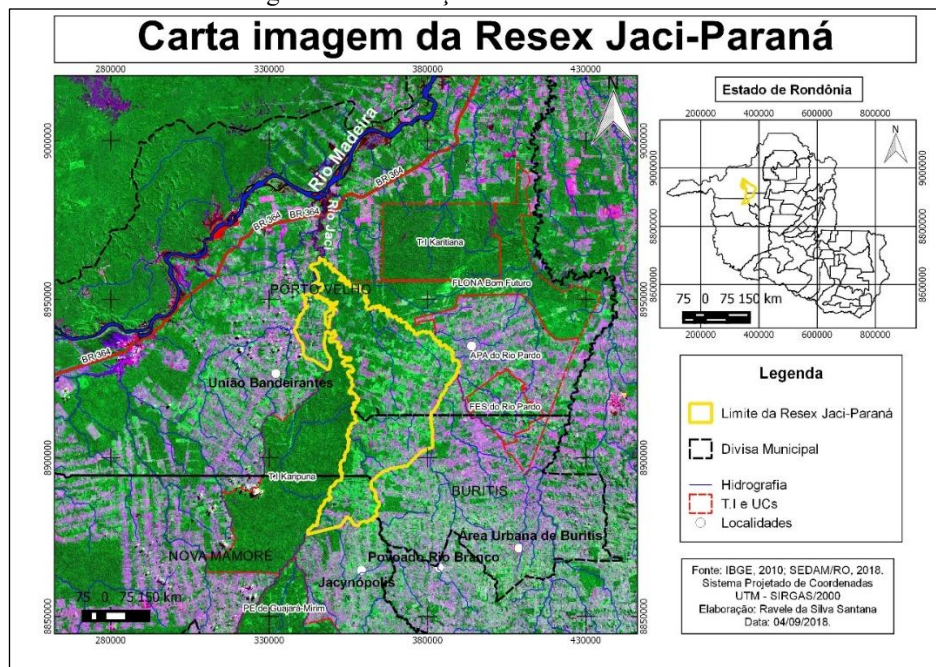
De acordo com os dados do CNUC, atualmente existem 95 (noventa e cinco) Reservas Extrativistas no Brasil, com um total aproximado de mais de 15 milhões de hectares, correspondendo a 3,88% do total de Unidades de Conservação no Brasil. Das 95 Resex existentes no Brasil, 76 (setenta e seis) estão na Amazônia. Rondônia lidera com um total de 25 Resex, sendo 21 sob gestão estadual e 4 sob gestão federal.

3 UMA RESEX EM DISPUTA: CONTRADIÇÕES, DESMONTES E RESISTÊNCIA EXTRATIVISTA

A Reserva Extrativista Jaci-Paraná localiza-se na região noroeste do estado de Rondônia, abrangendo parcialmente os municípios de Porto Velho, Buritis e Nova Mamoré, distribuindo-se territorialmente em 66%, 22% e 12%, respectivamente (figura 1). A unidade está situada a aproximadamente

130 km de Porto Velho, acessível pela BR-364 em direção ao Acre e, posteriormente, pela linha km 101, rumo ao distrito de União Bandeirantes. Adicionalmente, o acesso à Resex pode ser realizado por via fluvial, utilizando o Rio Jaci-Paraná e seus afluentes.

Figura 1: Localização da Resex Jaci-Paraná.



Fonte: Organizado pelos autores.

Uma questão curiosa é que das 95 Resex existentes no Brasil, somente 29 são de gestão estadual, o que equivale a 30,5%. E das 29 Resex sob gestão estadual 21 estão localizadas em Rondônia, o que equivale a 72,4% desse total. Todas as 21 Resex foram criadas entre julho de 1995 e janeiro de 1996, mas os atos de criação são reflexos de movimentos iniciados anos antes, precisamente na transição do POLONOROESTE para o PLANAFLORO.

Portanto, o contexto de criação da Resex Jaci-Paraná é a década de 1990. No quadro da temporalidade política que permeia a criação e a definição dos limites de área da Resex, percebe-se bem a interferência do capital na esfera do governo estadual e até mesmo do senado. Segundo os arquivos consultados no banco de dados do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, os comportamentos dos governadores de Rondônia foram adversos à sustentabilidade ambiental e totalmente permissivo a degradação ambiental indo contra os projetos de desenvolvimento sustentável do PLANAFLORO, e:

Pode-se dizer que ele (o PLANAFLORO) estava ancorado na noção de um “vazio ideológico”, contexto no qual os atores sociais com suas conexões e encaixes, articulações e conflitos deviam ser deslocados ou reconfigurados em novas posições locais, regionais e mundiais. Mas, o princípio simplificador – “desenvolvimento-sustentável-para-uma-sociedade-em-desenvolvimento” – não podia ser implementado desta feita com tanta facilidade porque os atores tinham voz e os canais para

se fazerem ouvir. A fluidez conceitual embutida em desenvolvimento e sustentabilidade, contribuía para polarizar os atores em torno de diferentes interpretações uma das quais seria imobilizar a sociedade e deixar a natureza na sua quieta platitude, contrariando, portanto, as representações sociais. Ao visar as gerações futuras os planejadores parecem ter esquecido as gerações presentes. (Ott, 2002, p. 253).

Em 1995 foi cogitado o encerramento do PLANAFLORO, no entanto o Estado prevendo que ainda poderia ganhar com o projeto, o reformulou para dar continuidade aos gastos dos recursos obtidos, no entanto:

o Banco Mundial, durante os três primeiros anos de sua execução não estabeleceu qualquer controle contábil, nem exigiu qualquer relatório de auditoria financeira. Ao final de 1996, foram efetivamente auditadas as contas, verificando-se que os gastos de mais de 11 milhões de dólares não podiam ser adequadamente explicados. Os desembolsos foram então suspensos, até serem encontradas as devidas justificativas. (Ott, 2002, p. 208).

O que segundo o autor ficou “devidamente esclarecido” no ano seguinte, com a nova reformulação dos recursos do PLANAFLORO que eram em dólares e voltaram a fluir, nesse sentido o que ficou perceptível foi que:

Cada ator social, cada um ao seu modo adotou e efetivou táticas e estratégias que asseguraram suas posições, de tal forma que ao final a disputa antropofágica devorou a todos, e junto com eles o PLANAFLORO. O conflito fundamental entre os atores governamentais e não-governamentais, agências financiadoras e organizações financiadas, que orientaram seus discursos em dois polos reducionistas de um lado acusando o projeto de engessar o desenvolvimento do estado, enquanto de outro lado enfatizavam a necessidade de garantir extensas áreas para a preservação ambiental, era um falso dilema em torno da dicotomia sociedade e natureza. Depois de décadas de funcionamento de um sistema produtivista e de uma concepção desenvolvimentista, no qual o maior lucro deveria ser obtido no menor tempo e as preocupações ambientais eram acessórias, seria difícil imaginar que uma “economia sustentável” fosse implantada em poucos anos, incorporando-se considerações ecológicas e sociais duradouras para o desenvolvimento de Rondônia. (Ott, 2002, p. 265).

O fracasso dos projetos pelo que parece ocorreu porque não foram seguidas as regras para cumprirem os objetivos de forma horizontal. As regras, projetos e metas eram realizadas nos escritórios, mas na prática diante das necessidades e dificuldades o pequeno produtor, as populações tradicionais (quilombolas, indígenas e caboclos) não eram escutadas. De maneira que não adiantaria a formação de corredores ecológicos para criação e desenvolvimento sustentável, se não havia o ensinamento de como estes poderiam ajudar o produtor, então desse modo:

Ao governo de Rondônia por sua vez, convinha o empréstimo externo, especialmente porque o tomador dos recursos e futuro pagador era o governo brasileiro. O único óbice era que governantes em regimes democráticos dependem da aprovação popular local, manifestada em tempos regulares através do voto. Anunciar para o grosso da população que o Estado voltava-se para o manejo dos recursos naturais, proteção de florestas, ribeirinhos, mananciais, índios, seringueiros e outras figuras exóticas de baixa densidade eleitoral, deixando de lado madeireiros, pecuaristas e latifundiários, equivaleria a um suicídio político. A saída do governo local, portanto, foi re-significar o projeto, apresentando-o com outro nome para consumo interno, no qual a agricultura e a pecuária apareciam

em primeiro plano, enquanto o florestal passava a segundo plano. (Ott, 2002, p. 149).

Diante disso o que se teve em Rondônia foi a ocorrência de um (pseudo)plano político conservacionista e de (pseudo)apoio a fixação das populações tradicionais, produto de políticas estabelecidas outrora. A partir da imposição dos agentes financiadores e das pressões internacionais ficou estabelecido a necessidade de se criar áreas com tradição e potencial para a atividade extrativista visando a conservação da natureza, manutenção dos ecossistemas e apoio as populações tradicionais. Isso nos diz que na realidade, em Rondônia, as Reservas Extrativistas foram criadas em segundo plano, como plano de fundo para atender parte das exigências dos financiamentos do PLANAFLORO.

Do mesmo modo, isso significa que as Reservas Extrativistas em sua maioria foram criadas a partir de estudos insuficientes, sem critérios técnicos, ocorrendo que foram muitas foram criadas no meio de onde já existiam conflitos. A esse respeito Silva (2016) enfatiza as incongruências entre os interesses da classe econômica, a partir das atividades de reprodução do capital, como a agropecuária, e as tentativas de implementar as políticas de sustentabilidade com a participação das populações tradicionais:

A participação dos agentes territoriais se fez presente nos trabalhos da 2ª Aproximação do ZSEE. Se o Governo de Rondônia controlava os instrumentos legais e consultivos para implementar o ZSEE, o Banco Mundial financiava e impunha exigências para fazer o Governo de Rondônia cumprir as cláusulas contratuais do financiamento do PLANAFLORO. A sociedade civil organizada no âmbito do Fórum das Organizações Não Governamentais (Fórum das Ong's), reunia diversos segmentos do campo e da floresta, propunham e denunciavam os desvios de finalidade da proposta do Zoneamento, sobretudo, apontavam as incongruências entre os órgãos estaduais (SEDAM, ITERON) e os federais (INCRA, FUNAI, IBAMA), relativo à destinação de terras para assentamentos rurais em áreas de Unidades de Conservação e Terras Indígenas, ou os estímulos feitos pelos agentes públicos em orientar novas ocupações, fazendo avançar as frentes madeireiras e agropecuárias. (Silva, 2016, p. 329).

O que fica claro a partir das leituras sobre a Amazônia quanto à implementação de uma gestão do território eficiente, como poderia ser o ZSEE, é que toda a questão de conflitos basicamente está relacionada à matrizes de racionalidades distintas, enfim, de diferentes culturas com suas formas e seus modos de apropriação da natureza simbólico-materialmente diferentes (Porto-Gonçalves, 2019).

Tais conflitos foram identificados ainda na idealização da área proposta para o que viria a ser a Resex Jaci-Paraná. Partes desses conflitos nunca foram resolvidos em sua totalidade, o que culminou na degradação da área ainda sem antes mesmo ela ter sido efetivada.

Em maio de 1988, com a portaria nº 680, o INCRA cria o Projeto de Assentamento Buriti, na microbacia do Rio Candeias, desestruturando a população extrativista ali residente. A implantação do projeto ficou impossibilitada até então, em decorrência do primeiro zoneamento de Rondônia. No início da década de 1990 essa área é interditada através do decreto nº 5383, de 18 de novembro de 1991, para fazer o levantamento de viabilidade do que viria ser a Resex Jaci-Paraná, onde foi proposto uma área de mais

490.000 hectares entre as margens dos rios Jaci Paraná e Candeias para a criação da Floresta Estadual de Rendimento Extrativista do Rio Candeias, nunca criada de fato.

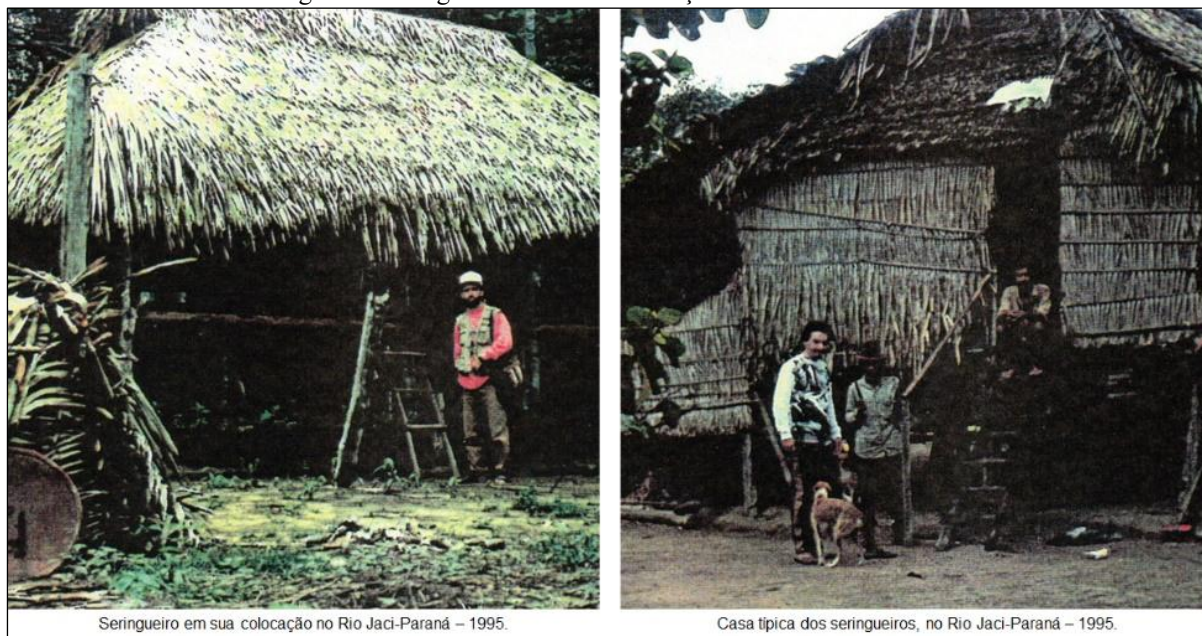
Mas ainda assim, em 1992, é criado outros Projetos de Assentamento na região, estimulando a migração de populações do próprio estado (municípios de Cerejeiras, Colorado D'Oeste, Ouro Preto e outros) para a ocupação dos referidos projetos (Rondônia, 1994). Essas intervenções oficiais, aliadas a outras ações resultaram na descaracterização fitogeográfica de parte significativa da área, com implicações direta na redução dos limites para aproveitamento extrativista.

Em 1993/1994 o Instituto de Pesquisa em Defesa da Identidade Amazônica – INDIA, a serviço do Governo de Rondônia na execução do PLANAFLORO, propôs uma área de 411.127,76 hectares para a Resex Jaci-Paraná. Essa área proposta, apesar do grande potencial extrativista, possuía empecilhos à sua demarcação, como por exemplo, o Projeto Buriti (leste da área) que já possuía áreas desmatadas e habitadas por agricultores, pecuaristas e outros Títulos Definitivos – TD (foram contabilizados 12 TD). Esses TD caracterizavam problemas, pois as negociações para a desapropriação na Resex demorariam muito tempo e dinheiro. Assim, decidiu-se (ITERON E OSR) por um perímetro que desviasse do Projeto Buriti e alguns TD.

Em outubro de 1995, após as visitas de técnicos do ITERON/PNUD, foi realizada uma reunião com membros da OSR onde ficou exposto os problemas fundiários optando por uma área de aproximadamente 200.000 hectares, onde incluía-se alguns TD, todos pertencentes ao Sr. Issac Benayon Sabbá. Estes TD foram incluídos na área pois o então proprietário sempre desenvolveu atividades extrativistas nesses lotes e devido a existência de grande número de colocações e estradas de seringas (Rondônia, 1995).

A base principal de reivindicação da OSR para a criação da Resex Jaci-Paraná estava respaldada na necessidade de assegurar a população extrativista presente na área (figura 2), e do mesmo modo na realocação da comunidade de seringueiros do Rio Candeias, em virtude da expansão do PA Buriti e da comunidade de seringueiros que foi retirada da área indígena Uru Eu Wau Wau, que se encontrava aguardando o pronunciamento da OSR para ser reconduzida a área extrativista, neste caso à do Rio Jaci-Paraná, contando para tanto com o reconhecimento e apoio governamental.

Figura 2: Seringueiros em suas colocações no Rio Jaci Paraná.



Fonte: Acervo da OSR.

Em 17 de janeiro de 1996, foi criada pelo decreto nº 7335, com aproximadamente 205.000 hectares a Resex Jaci-Paraná. Ficou estabelecido no decreto a exclusão de sete Títulos Definitivo denominados: Pedras, São Domingos, Nazareth, Estrela, Conceição, Consuelo e Progresso, perfazendo uma área de 27.933 hectares constituindo 13,62% da área total. Nesse mesmo decreto, no Art. 3º diz que:

O Poder Executivo Estadual deverá proceder a desapropriação das áreas privadas legitimamente extremadas ao Poder Público, à identificação e arrecadação das áreas públicas, e para tal fim firmará convênios com entidades públicas e privadas para a efetiva implantação e regularização fundiária da Reserva Extrativista. (Rondônia, Decreto 7335, 1996, p. 5).

No entanto, como dito anteriormente, os conflitos fundiários sempre estiveram presentes, pois os extrativistas da área relataram que vinham da região de Buritis vários pecuaristas com intenção de ocupar a área entre o Rio Jaci Paraná e o Rio Branco fazendo ameaças aos seringueiros, além de outros relatos de pessoas que estavam fazendo queimadas ao longo do Rio Branco (figura 3).

Figura 3: Área da Resex Jaci-Paraná com sinais de ocupação.



Fonte: Rondônia, 1995.

Reitera-se que ainda em 1995, durante as entrevistas elaboradas pela equipe do PLANAFLORO, foram relatados pelos moradores na área da Resex Jaci-Paraná a ação de vários outros invasores. Existe um “picadão” feito pela família Bullian, onde encontrou-se uma placa escrito que 17 pessoas são proprietárias da área (figura 4). “Nesta placa existe até telefone para contato” (Rondônia, 1995, p. 20).

Figura 4: Placa de identificação da picada dos Bullian.



Placa com nome de invasores na área da Resex – 1995.

Fonte: Rondônia, 1995.

Antes mesmo da criação de fato já havia conflitos e contradições que não foram sanadas,

permitindo as possibilidades de descaracterização da área conforme o passar do tempo. Mesmo com o decreto de criação e demarcação sendo feitos posteriormente, a ausência de políticas públicas para a permanência da população e atividade extrativista contribuíram para o que se sucedeu depois e que persiste até os dias de hoje.

Desde a elaboração da primeira aproximação do ZSEE de Rondônia, várias denúncias vinham sendo feitas, especialmente pelos movimentos sociais, de que muitas áreas destinadas à conservação já estavam sob algum tipo de uso e, em alguns casos, com títulos já expedidos pelo INCRA. Esse fato demonstrava a ineficiência de estudos técnicos, a não participação das populações tradicionais nas tomadas de decisão, e demonstrava ainda mais, os interesses dos políticos que governavam à época. Como evidencia Silva (2016, p. 331), “se consolidou um poderoso grupo político que, desde 1994, hegemoniza a política estadual, sempre pautada no crescimento econômico dos setores da agropecuária, agronegócio e madeireiros, articulados com os setores da agroindustrialização”.

Logo após o processo de criação, em abril de 1996 foi executado o Projeto de Assentamento na Resex Jaci-Paraná. Ainda nesse projeto foi levantado algumas questões de socioeconomia da área, possíveis fontes de geração de emprego e renda para a população, necessidades prioritárias, como escolas, vias de circulação dentre outros. O projeto tinha como objetivo assentar 50 famílias, visando ocupar as colocações existentes, as abandonadas e os espaços vazios onde se pudesse abrir novas colocações.

Como colocado acima, no plano teórico o projeto tinha critérios relevantes e importantes para a manutenção e o desenvolvimento da atividade extrativista: melhoria na infraestrutura (novas colocações, postos de saúde, escolas), treinamento das atividades agroextrativistas, fomentar o aumento da fonte de renda, e sendo, na época, responsabilidade da OSR o assentamento das famílias nas colocações. Em diálogo com os ex-presidentes da OSR, foi informado que havia cerca de 40 a 60 famílias na área quando a Resex foi criada. Existiam 42 colocações, 22 em atividade, 19 abandonadas e 1 já invadida.

Em consulta aos relatórios elaborados pelo Governo de Rondônia e o PLANAFLORO durante os processos de assentamento pode-se identificar uma série de problemas, pois ocorria que em muitas dessas colocações havia só um morador que segundo relatos à época passavam boa parte do tempo na cidade. Durante as entrevistas realizadas pela equipe do Governo já era notável um grande descontentamento dos moradores e uma tendência de migração na área sendo Porto Velho o destino final, o motivo seria causas econômicas, como a busca de empregos, além de violências pela posse da terra, o que indicava uma possível diminuição da população da região nos próximos anos, caso não houvesse mudanças no apoio ao extrativismo.

Em reportagem realizada pelo site de notícias “((o))eco”², em 2018, a jornalista Fernanda Wenzel

² Cf. <https://www.oeco.org.br/reportagens/sai-extrativista-entra-boi-a-lei-do-mais-forte-em-uma-reserva-extrativista-de-rondonia/>. Acesso em 10/09/2020.

evidencia a vivência e as dificuldades enfrentadas pelos moradores remanescentes da Resex Jaci-Paraná (figura 5). Conviver com o medo faz parte do cotidiano dos extrativistas diante de ameaças e ao mesmo tempo descaso por parte dos órgãos de gestão. Os abandonos são constantes através de ameaças de homens armados e isso tem diminuído as idas dos moradores até a Resex, e eles vêm passando a maior parte do tempo na cidade, em Porto Velho. Como assinalado na matéria, as ameaça levaram o Sr. Janderman, extrativista remanescente, a esvaziar a casa: “Joguei as coisas tudo dentro da canoa. Levei fogão, botijão de gás, colchão, prato, panela”. Sua esposa, Dona Maria, diz ter medo de voltar: “A gente fica com medo né? Vê essas confusões de terra, e é só morte”.

Figura 5: Extrativista Sr. Janderman, em sua casa na Resex Jaci-Paraná.



Foto: Marcio Isensse e Sá. Fonte: ((o))eco, 2018.

Em diálogo junto à OSR, indagou-se sobre as mais importantes dificuldades enfrentadas pelos seringueiros, e as questões mais levantadas foram em relação à falta de atendimento médico e educacional, transportes, deficiência na comercialização devido aos baixos preços da borracha e a falta de um sistema de transporte, utensílios e outros materiais de coleta e extração de produtos extrativistas e finalmente, local para armazenamento, e principalmente fiscalização efetiva dos limites das áreas.

E foi diante de tantos problemas que desde o início de criação da Resex Jaci-Paraná muitas colocações foram “vendidas” para pessoas sem tradição extrativista que na maioria dos casos usaram estas áreas para pastagens. A invasão por grileiros é considerada o estopim para o abandono da área pela população extrativista.

Não foi possível confirmar a quantidade oficial de famílias que foram assentadas, pois não se

identificou isso nem em relatórios e nem nas entrevistas e diálogos realizados.

Em nossos diálogos realizados ao longo da pesquisa, o ex-presidente da OSR, José Maria dos Santos, disse que formalmente desde 1999 vem sendo denunciado e feito pedidos a SEDAM por fiscalizações na Resex Jaci-Paraná, que vem sendo invadida por madeireiros e grileiros. Até denúncias ao governo federal foram feitas, o ex-presidente prova estas denúncias com uma notícia estampada na capa do jornal Diário da Amazônia, em 21/07/2000, intitulada: *Ambientalistas e seringueiros denunciam ao governo federal o descaso do governo de Rondônia com as Unidades de Conservação, pois estão cansados de denunciar e esperar alguma ação dos órgãos estaduais que não fazem nada.*

Embora fossem feitas várias reuniões, (figura 6), e outras formas de articulação entre os extrativistas da Resex Jaci-Paraná, fica claro que até hoje não foram atendidos com efetividade.

Figura 6: Reunião comunitária na Resex Jaci-Paraná – 2001.



Fonte: Acervo da OSR.

Porto-Gonçalves (2019) colabora no entendimento dessa questão evidenciando que:

A lentidão com que a máquina pública se movimenta para contemplar as demandas dos seringueiros é uma clara demonstração como, historicamente, o Estado brasileiro não está preparado para contemplar as necessidades populares, sem que seja por meio dos velhos mecanismos clientelísticos. Nisso os seringueiros encontram as mesmas dificuldades dos demais produtores familiares de todo o país. (Porto-Gonçalves, 2019, p. 135).

Ainda no processo investigativo teve-se uma outra abordagem quantos aos problemas na Resex Jaci-Paraná, a partir dos relatórios feito pela SEDAM. De acordo com um relatório técnico elaborado em

2001, a crise na Resex Jaci-Paraná teve início quando setores da região souberam da forma de celebração de contrato de exploração de parte da área da Resex Jaci-Paraná entre a Associação de Seringueiros da Reserva Extrativista Jaci-Paraná – ASRJP e empresa madeireira APOLO, sediada no estado de São Paulo, com o aval da OSR.

A Lei 692/96 que define os limites da Resex Jaci-Paraná também prevê no que concerne à implantação e gerenciamento da Resex que a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, poderá buscar parcerias objetivando a cogestão na execução das ações que assegurem uma administração baseada em seu respectivo Plano de Uso, podendo, para tanto, celebrar convênios com entidades voltadas aos interesses da população extrativista. No entanto, o relatório acima citado aponta a celebração de um “contrato de negociação que excluiu a PGE/RO e a SEDAM, portanto, não seguindo o trâmite da Lei” (Rondônia, 2001, p. 7).

A atuação da empresa APOLO na Resex Jaci-Paraná é algo complexo a ser analisado diante das informações levantadas. Primeiramente temos uma visão do extrativista que via na concessão possibilidades de coibir as invasões, o furto de madeira e ao mesmo tempo levantar recursos para investir na população residente da área, o que se acredita ter viabilidade desde que tenha compromisso e responsabilidade de todas as partes. Contudo, é difícil imaginar uma empresa explorando o potencial de uma Reserva Extrativista, tendo como princípio o bem estar coletivo da população seringueira e o controle ambiental necessário, acredita-se aqui haver uma contradição.

Segundo, temos uma visão dos técnicos da SEDAM que, em uma operação realizada no ano de 2002, com o apoio da Polícia Militar indicaram que o Plano de Uso que a empresa APOLO executara dentro da Resex foi um fator que muito influenciou a invasão de terras, já que foi construída estradas e pontes que facilitam o acesso. Assim como, as picadas de topografia da citada empresa serviram para que os invasores se desloquem, pois na operação os policiais encontraram pessoas nessas picadas que, provavelmente, serviram de ponto base para divisão de lotes no futuro.

No período dessa fiscalização de campo (04 a 18 de abril de 2002) foram retiradas da Resex mais de 50 invasores, os quais foram orientados que o local onde estavam pertence ao Estado e não poderiam realizar qualquer atividade ali e nem podiam permanecer na área. Para a equipe de fiscalização os invasores relataram a existência de roçadas e divisões de lote de terras de 21 alqueires, concluindo que a invasão já estava em estágio avançado, necessitando de intensificação na fiscalização ambiental da Resex.

Fica claro que o Plano de Uso da Resex elaborado em 1997, nunca foi de fato executado em sua integralidade e atualmente, encontra-se em desuso total. O Plano de Manejo nunca foi finalizado e conseqüentemente executado. Em conversa com o ex-presidente da OSR (em exercício no período entre 1994 a 2002), ele disse que a APOLO era a financiadora do Plano de Manejo e tinha preferência da compra de madeira, mas nunca foi explorado de fato por embargo da justiça. Diante disso foi elaborado por uma

equipe técnica uma Avaliação Ecológica Rápida – AER, mas com pouca ou nenhuma efetividade de utilização.

Todas essas questões sobre os conflitos já existentes que não foram solucionados, o pouco apoio por parte do governo do Estado às comunidades extrativistas em relação ao avanço das atividades produtivas, sobretudo a agropecuária, a extração de madeira ilegal e as ameaças de grileiros e invasores levaram a evasão dos seringueiros das reservas, pois não foi possível desfrutarem de uma melhor qualidade de vida e a (in)ação do Estado foi impactante, ao não se impor e não se fazer presente como gestor destas UC. Santos (2014, p. 102) reitera que “em certos casos, a intervenção governamental favorece a alguns e prejudica outros, diretamente ou por suas consequências”.

Nesse caso, a ausência do Estado acabou dando benefícios ao madeireiro que atua ilegalmente, ao pecuarista e outros infratores e criminosos que acima de tudo, contam com o apoio dos governantes. Esse processo tem sido intenso e ultimamente muito incentivado pelos gestores que assumiram os governos estadual e federal, sendo respectivamente, o Governador Marcos Rocha e o Presidente Jair Bolsonaro. Isso levou as comunidades tradicionais e os organismos que as representam a cederem às pressões do setor madeireiro, e da pecuária no que se refere ao uso efetivo e a exploração da Resex. Reitera-se que para a realização desta pesquisa a SEDAM, especificamente a CUC, não se mostrou solícita ao não responder nenhum dos nossos ofícios e questionários protocolados junto à secretaria.

Em 11/08/2019, pode-se dialogar com o presidente em exercício da OSR, o Sr. Agenor da Silva. Buscou-se obter mais informações sobre a OSR, criada em dezembro de 1991, e a sua atuação para com os extrativistas e as suas perspectivas quanto ao futuro das Resex, em especial da Resex Jaci-Paraná.

Primeiramente foi dito que a atuação da OSR recentemente tem sido dificultosa, pois sua diretoria sofreu perdas. O presidente anterior, Sr. Teixeira, morreu de infarto, o Secretário morreu de câncer, e o que assumiu, o Sr. Agenor da Silva, perdeu seu filho, que foi assassinado. O então presidente disse que assumiu a presidência da OSR na época do governo Temer, que segundo ele “já era uma desgraça”, e agora na época Bolsonaro que “é o próprio inferno”. De acordo com ele não tem mais recursos para manter energia e nem água, ou seja, incapacitou a manutenção da OSR.

Em janeiro de 2020, foi visitada a sede da OSR, em Porto Velho (figura 7). Ela está localizada na Rua Nova Esperança, nº 2641, Bairro Caladinho. Na ocasião havia um extrativista que permitiu a entrada ao interior da sede, assim como cedeu vários documentos sobre a OSR, as Reservas Extrativista em Rondônia, e ainda dados extraoficiais da Resex Jaci-Paraná. Segundo informações obtidas a OSR se apresenta desarticulada frente as dificuldades orçamentárias, mas estão se organizando. Uma nova diretoria foi eleita em dezembro de 2019, e na época da visita estava faltando apenas o registro de ata.

Figura 7: Sede da OSR, em Porto Velho.



Fonte: acervo de campo dos autores.

Ainda no diálogo com o ex-presidente da OSR, Sr. Agenor da Silva, ele relata que no início a Resex Jaci-Paraná foi invadida por Buritis com discursos (discursos endossados por políticos) de que era necessário para assentar colonos pobres e “sem terra”. Mas, segundo ele isso não foi verdade e nem nunca ocorreu, pois o que sempre existiu e o que tem na realidade na área são criadores de gado, de grandes empresários e “a reserva propriamente quase nem existe mais”. Segundo ele, a destruição na área é tão violenta que na Resex Jaci-Paraná, até as matas ciliares estão sendo destruídas. Esse fato pôde ser comprovado em um estudo realizado por Santana (2016), sobre as áreas de Áreas de Preservação Permanente da Resex Jaci-Paraná.

O Sr. Agenor da Silva afirma que os governos estaduais foram e são inimigos do meio ambiente, pois todas as reservas têm potencial extrativista, mas os governos não financiam nada. Para ele os extrativistas que ainda vivem lá são heróis, mas já são de idade avançada, e vivem do nada. De acordo com ele, a Resex ainda existe por causa deles.

Ainda sobre a manutenção da Resex, foi dito pelo Sr. Agenor da Silva que “se não houver moradores estamos cientes que mais cedo ou mais tarde será invadida por “sem terra”, por isso precisa ter uso sustentável”. Ele reitera, ainda, que Rondônia não tem “sem terra”, “tem uma cambada de espertos que grilam terras e vendem”.

Quando indagado sobre as perspectivas para o movimento extrativista foi dito que:

Não temos perspectivas com esse governo do Bolsonaro e do Marcos Rocha. Suas primeiras medidas para o meio ambiente foram drásticas. No governo do PT, no início nós até tínhamos medo, porque falavam que eles incentivam grilagem de terra, mas não aconteceu, ao contrário foi quando nós tivemos mais apoio, teve condição de levar energia para as UC, de comprar um transporte. Mas, o atual governo nos mutilou, não temos nem como manter a sede em Porto Velho, estamos buscando fortalecer o movimento, as instituições, as ONGs. Parece que quando a gente fala em meio ambiente somos inimigos deles. (Sr. Agenor da Silva. Depoimento, 11/08/2019).

Na conversa ele reforça o que se tinha evidenciado quanto a evasão dos extrativistas na Resex Jaci-

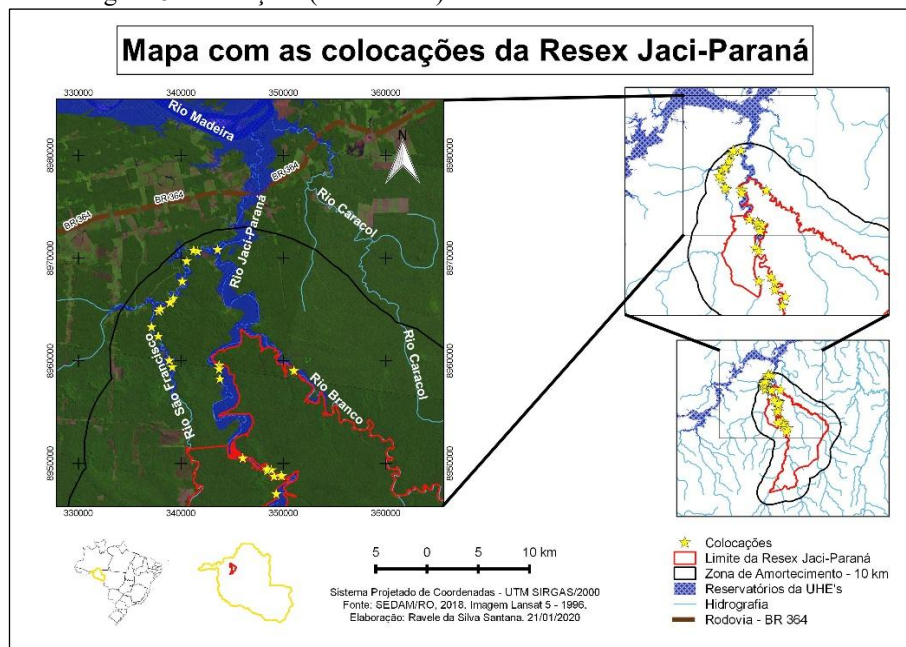
Paraná, mas que segundo ele se aplica a todas as outras Resex em Rondônia, pois sim, de fato existe um descontentamento das populações tradicionais, sobretudo os seringueiros. Ainda sobre a falta de apoio ele lembra que:

Em meados de 1986 existiam mais de 600 famílias de seringueiros em Rondônia, hoje não deve ter 300, muitos à época por falta de assistência e apoio migraram para a capital, para a rua mesmo, em busca de outros trabalhos, de algum projeto habitacional, mas apoio a gente só veio ter mesmo no governo do Lula, já no do Temer pra cá acabou tudo. (Sr. Agenor da Silva. Depoimento, 11/08/2019).

Esse depoimento nos remete as consequências da falta de apoio dos governantes às populações tradicionais, pois simplesmente não os atender em suas demandas não os privará de outras perturbações. Porto-Gonçalves (2019, p. 109) reitera que “grande parte dos problemas do campo acabam sendo transferidos para a cidade, pelo êxodo rural.

Em 2012, no levantamento realizado pela OSR foi contabilizado o total de 24 famílias presentes na Resex Jaci-Paraná e aproximadamente um total de 52 pessoas, que constituem a população remanescente na área. Em diálogo com o Chefe da Jaci-Paraná, designado pela CUC/SEDAM, ele disse que “atualmente por alto deve ter ainda somente umas 10 famílias”, mas que é um número incerto. São poucos remanescentes que se localizam às margens do Rio Jaci-Paraná (figura 8).

Figura 8: colocações (residências) remanescentes na Resex Jaci-Paraná.



Fonte: Base dados da OSR.

Para o Sr. Agenor da Silva, a tendência é todo mundo ir embora, pois a maioria vai morrendo e “acredito que tudo isso pode acabar com minha geração, pois nesse tempo não houve projetos para discriminar as populações tradicionais”.

Indagado sobre como que ocorre ou o que seria essa discriminação, ele respondeu que:

os jovens são totalmente discriminados, porque são filhos e netos de seringueiros, um preconceito que nunca se acabou e parece que nunca vai se acabar, afastando nossa juventude de um trabalho nas unidades de conservação, do trabalho sustentável, afastam do interesse de lutar, pois além do preconceito não tem incentivo. Eu que vivo em Machadinho sofro muito, pois a população daqui tem muitos de origem sulistas que nos discriminam e isso é o que tem tirado os nossos jovens para ir atrás de outros lugares, outros trabalhos para sobreviver. Foi o caso do meu filho que teve que migrar para cidade, arrumar outro tipo de trabalho e hoje não está mais entre nós. Ninguém mais que ser filho de seringueiro, de ser seringueiro. (Sr. Agenor da Silva. Depoimento, 11/08/2019).

Essas palavras do Sr. Agenor podem ser relacionadas com as proposições de Santos (2014), pois este autor expõe o drama das pessoas que migram frente ao aumento da densidade de capital sobre áreas rurais, porque essas pessoas são:

deslocadas de uma posição social, política ou empregatícia cuja estabilidade se criou através do tempo à qual estavam intimamente ligados e de onde se veem, de uma hora para outra, obrigados a um êxodo que os põe diante de um novo espaço, uma nova economia, uma nova sociedade, onde vão ter grande dificuldade para desempenhar um papel novo. (Santos, 2014, p. 64).

Silva (2010) ao tratar do avanço das atividades produtivas no território usado, permite entender o que Santos (2014) apresenta como tendência à “desculturização”. Santos (2014) diz que:

na medida em que a substituição das pessoas, a alteração dos equilíbrios sociais de poder, a introdução de novas formas de fazer, geram desequilíbrios dos quais resultam, de um lado, a migração das lideranças locais tradicionais e a quebra de hábitos e tradições, e de outro lado, a mudança de formas de relacionamentos produzidas lentamente durante largo tempo e que se vêm, de chofre, substituídas por novas formas de relação cuja raiz é estranha e cuja adaptação ao lugar tem um fundamento puramente mercantil. (Santos, 2014, p. 63).

Diante disso, os extrativistas remanescente e as suas particularidades de organização social, econômica e espacial, constituem uma barreira à expansão do capital (figura 9). Eles exigem, merecem e necessitam de atenção especial, pois “quando o velho não pode colaborar para a expansão do novo, a lógica do capital manda que seja eliminado”. (Santos, 2014, p. 106).

É importante reiterar que o Estado utiliza seu poder político para governar e é, portanto, compreendido como o legítimo provedor de serviços públicos. Do ponto de vista legal isso, também, é assegurado na Lei nº 692/1996 que define os limites da Resex Jaci-Paraná e dá outras providências, como consta no Art. 4º: “Ao Poder Executivo Estadual caberá prover as comunidades locais de serviços nas áreas de saúde e educação, bem como da infraestrutura mínima necessária à comercialização dos seus produtos”. (Rondônia, 1996).

Figura 9: Moradores remanescente da Resex Jaci-Paraná, em 2024.



Fonte: Acervo pessoal de Lincoln Fernandes de Lima.

Diante do exposto até agora e com as reflexões feitas, compreende-se as Reservas Extrativistas como uma possibilidade de resolução e mitigação de diversos problemas que envolvem o contexto social, econômico e cultural. Sobre esse potencial, Mello (2006) acresce que no âmbito do Programa Piloto, o PPG-7, as Resex foram experimentadas como modelo apropriados de cogestão entre governo e sociedade, pois estas evoluíram para uma organização social que possui o manejo como modelo de exploração dos recursos naturais.

No âmbito das políticas públicas ambientais o PPG7 teve grande importância, pois uma “atenção especial foi dada à questão de gênero, relacionada com a participação de mulheres nas atividades dos projetos” (Mello, 2006, p. 116). Com o impacto dessas políticas e seguindo essas referências, as mulheres extrativistas de Rondônia com o apoio da OSR e de outras personalidades do movimento político ambiental, se organizaram fazendo encontros e lançamentos de campanha em busca de melhores condições de sobrevivências, direitos e justiça para as mulheres seringueiras (figura 10).

Figura 10: Campanha de mulheres extrativistas, em Rondônia.



Fonte: Acervo da OSR.

No entanto, ainda é necessária uma política que envolva todos os setores da sociedade e que busquem introduzir uma perspectiva de proteção e conservação do meio ambiente, ultrapassando a dicotomia desenvolvimento econômico versus política ambiental, pois este pensamento quase sempre tem como lado vencedor o imediatismo do lucro, mesmo que ainda a maioria não faça parte do plano.

Retomar a essência de Amazônidas é algo essencial. Porto-Gonçalves, Berta Becker, Mello-Théry e outros autores defendem que a cada momento que há uma nova apropriação dos insumos naturais, como o solo, a água, os minérios, e a diversidade biológica, feitas pelas grandes empresas nacionais e estrangeiras, do mesmo modo existem várias populações tradicionais que aprenderam a conciliar o bem-viver com os recursos naturais, assim sendo, essas populações são os protagonistas de outra matrizes racionais, que usam os frutos da natureza de uma forma que não pode ser medidas tão somente por uma racionalidade econômica (figura 11).

Figura 11: Moradores da Resex Jaci-Paraná produzindo farinha de mandioca para comércio e consumo próprio, 2024.



Fonte: Acervo pessoal de Lincoln Fernandes de Lima.

Os setores da sociedade, sobretudo a população comum, necessitam compreender que as florestas são importantes, pois uma gestão participativa e efetiva das Resex podem trazer benefícios como o combate e a ampliação da pobreza, da fome e do desemprego. A Resex Jaci-Paraná se funcionasse com eficiência poderia contribuir com criação de empregos diretos e indiretos, com arrecadação de impostos para o Estado com outras matrizes de uso permitido, assim como fortaleceria o movimento extrativista como um todo e a consequentemente conservação e preservação dos ecossistemas circundantes.

4 CONSIDERAÇÕES

A Resex Jaci-Paraná exemplifica a crise das unidades de conservação na Amazônia, onde a garantia

de direitos territoriais esbarra em interesses econômicos hegemônicos, ou seja, ilustra os limites das políticas ambientais na Amazônia quando confrontadas com a lógica expansionista do capital. Os seringueiros, guardiões históricos da floresta, enfrentam não apenas a degradação ambiental, mas também a invisibilidade política e a precarização de seus direitos.

A sobrevivência do território seringueiro depende não apenas da fiscalização ambiental, mas de um projeto político que valorize a floresta em pé e suas populações. A garantia do território seringueiro não é apenas uma questão ambiental, mas um imperativo de justiça social e cultural. Este estudo reforça a urgência de ações intersetoriais para conciliar conservação e justiça social, pois no momento em que encerramos essa escrita iniciasse na Amazônia o período de queimadas, sendo os espaços “protegidos” os primeiros a queimarem.

REFERÊNCIAS

- BECKER, K. Bertha. STENNER, Claudio. Um futuro para Amazônia. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- DOUROJEANNI, Marx J.; JORGE PÁDUA, Maria Tereza. Arcas à deriva: Unidades de conservação no Brasil. Rio de Janeiro: Technical Books, 2013.
- MELLO, Neli Aparecida de. Políticas territoriais na Amazônia. São Paulo: Annablume, 2006.
- MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. Território e Gestão ambiental na Amazônia: terras públicas e o dilema do Estado. São Paulo: Annablume, 2011.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.
- OTT, Ari Miguel Teixeira. Dos Projetos de Desenvolvimento, ao Desenvolvimento dos Projetos: O PLANAFORO em Rondônia. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2002.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2019.
- RONDÔNIA, Decreto 7.335 de 1996. Porto Velho, 1996.
- RONDÔNIA, Levantamento Sócio-econômico e Fundiário da área extrativista do estado de Rondônia – Rio Jaci-Paraná. Porto Velho, 1994.
- RONDÔNIA. Diagnóstico da área proposta a criação da Reserva Extrativista do Rio Jaci-Paraná. Porto Velho, 1995.
- RONDÔNIA. Relatório Técnico da Resex Jaci-Paraná – SEDAM. Porto Velho, 2001.
- SANTANA, Ravele da Silva. Análise do avanço do desmatamento na reserva estadual extrativista Jaci-Paraná/RO, no período de 1996 a 2016. 62p. Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia: Porto Velho, 2016.
- SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Agentes, processos e conflitos na gestão territorial no Estado de Rondônia (Brasil). In: Revista Latinoamericana, Vol. 15, Nº 45, 2016. p. 319-344. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682016000300016>. Acessado em: 17/08/2025.